

ESTUDO COMPLEMENTAR AO EIA/RIMA

Linha de Transmissão 525 kV Capivari do Sul -
Siderópolis 2

Capítulo 13 - Conclusão



JULHO/2023



Soluções Ambientais & Tecnológicas

SUMÁRIO

13. CONCLUSÃO	3
---------------------	---

13. CONCLUSÃO

O presente Estudo Complementar ao EIA/RIMA abordou a concepção do projeto denominado Linha de Transmissão 525 kV Capivari do Sul – Siderópolis 2, empreendimento que é de responsabilidade da Neoenergia Lagoa dos Patos Transmissão de Energia S.A. A empresa de consultoria ambiental responsável pela elaboração do Estudo Complementar ao EIA/RIMA é a CARUSO Jr Estudos Ambientais & Engenharia Ltda.

Considerando que o empreendimento atravessará dois estados, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o processo de licenciamento ambiental é conduzido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama. O empreendimento está em fase de solicitação de Licença Prévia – LP, com requerimento formalizado por meio do processo nº 02001.002330/2019-73.

Sobre o processo de licenciamento, em síntese, cabe mencionar que seu início se deu no ano de 2019, tendo sido nessa ocasião realizada a elaboração e apresentação de um Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA, bem como realizadas as demais tratativas do rito de licenciamento ambiental (execução de audiência pública e vistoria pelo órgão ambiental). Todo o processo foi conduzido tendo-se como referência a Alternativa 2, indicada nesse EIA como a diretriz preferencial para o desenvolvimento dos estudos ambientais integrantes do EIA/RIMA. Após as devidas tramitações do processo de licenciamento e análise técnica por parte da equipe multidisciplinar responsável pela avaliação desse processo no Ibama, foi concluído pelo referido órgão ambiental que dentre as alternativas locais propostas no EIA, a Alternativa 3 (litorânea) era a que apresentava o menor potencial de gerar impactos socioambientais significativos em função da instalação e operação da futura LT 525 kV Capivari do Sul – Siderópolis 2. Essa avaliação do EIA e a conclusão frente à definição da Alternativa 3 como a mais favorável, dentre aquelas estudadas, com menor potencial de gerar impactos socioambientais significativos associados à implantação do empreendimento consta detalhada no Parecer Técnico nº 93/2021-CODUT/CGLIN/DILIC, emitido em 16/07/2021.

Após a conclusão do órgão ambiental e manifestação favorável da Neoenergia em seguir o processo de licenciamento ambiental tendo como referência a Alternativa Local 3, o Ibama emitido em 19 de agosto de 2023 o “TERMO DE REFERÊNCIA para elaboração dos Estudos Complementares ao EIA/RIMA relativos à Linha de Transmissão 525 kV Capivari do Sul/RS – Siderópolis/SC”, o qual foi utilizado como referência para elaboração do Estudo Complementar ao EIA/RIMA apresentado em tela. A composição do referido estudo foi estruturada em 13 capítulos principais (além do Relatório de Impacto Ambiental – RIMA), ordenando sequencialmente os temas abordados com vistas a produzir um documento técnico, compreensível e objetivo.

O empreendimento em licenciamento, de transmissão de energia elétrica, é integrante do Lote nº 01 do Leilão de Transmissão de Energia nº 04/2018 – ANEEL e será composto por uma linha de transmissão de energia que irá interligar as subestações Siderópolis 2 e Capivari do Sul, ambas já existentes e localizadas nos

municípios homônimos. A extensão da LT 525 kV será de aproximadamente 220,23 km, atravessando 23 municípios, a saber: Capivari do Sul, Cidreira, Tramandaí, Imbé, Osório, Xangri-lá, Maquiné, Terra de Areia, Três Forquilhas, Três Cachoeiras, Morrinhos do Sul, Dom Pedro de Alcântara e Torres no estado do Rio Grande do Sul, bem como os municípios de São João do Sul, Santa Rosa do Sul, Sombrio, Ermo, Araranguá, Turvo, Meleiro, Forquilha, Nova Veneza e Siderópolis no estado de Santa Catarina. A composição do empreendimento se dará pelo uso de cabos de transmissão e torres de energia (autoportantes e estaiadas), faixa de servidão com largura total de 60m, faixa de serviço com largura total de 4m, três canteiros de obras (Osório/RS, São João do Sul/SC e Forquilha/SC), praças de torre, além dos acessos, dos quais, sempre que possível, será priorizado aqueles já existentes, com intuito de minimizar a necessidade de abertura de novos acessos na região.

Visando avaliar as possíveis interferências socioambientais em decorrência da implantação do projeto em questão, durante a fase de concepção do empreendimento, participaram das proposições iniciais especialistas da área de meio ambiente, com a finalidade de incorporar diretrizes socioambientais no desenvolvimento do projeto. Ainda, na proposição das alternativas iniciais, seguindo as orientações do Ibama, o Estudo Complementar ao EIA/RIMA visou proceder com o detalhamento da Alternativa 3, otimizando seu projeto com vistas a reduzir as interferências socioambientais identificadas como mais sensíveis na região de estudo. A partir da aplicação do Índice de Dificuldade Ambiental do Projeto – IDAP foram propostos os desvios estratégicos, onde foi possível reduzir as interferências em áreas sensíveis da região (fragmentos de vegetação, áreas de expansão urbana, processos minerários, infraestrutura existente, unidades de conservação etc.). A Alternativa Locacional 3 que anteriormente possuía uma extensão de 214,2km, a partir do refinamento realizado neste Estudo Complementar, passou a ter uma extensão de 220,23 km. Embora o refinamento tenha resultado em um acréscimo de extensão da LT, foi possível por meio desse a redução de interferências como elementos sensíveis, tais como: intervenção em fragmentos florestais mais conservados, núcleos ou adensamentos populacionais, interferência direta em territórios de comunidades tradicionais, dentre outros (vide capítulo).

O diagnóstico ambiental realizado para os meios físico, biótico e socioeconômico permitiu constatar detalhadamente as diretrizes socioambientais que interagem com a Alternativa 3 do empreendimento proposto. Os estudos foram realizados considerando áreas de estudos delimitadas para levantamento de dados secundários, assim como referência para levantamento de dados primários, conforme orientado no Termo de Referência.

Com relação ao meio físico, avaliando-se de forma integrada os elementos abióticos que abrangem a LT 525 kV Capivari do Sul – Siderópolis 2, é possível dividir a área em três domínios principais: Serra Geral, Depósitos Sedimentares Quaternários e a Depressão da Zona Carbonífera. A característica visualizada e que pode ser chamada de mais marcante da área, ou seja, mais dominante no decorrer do traçado do

empreendimento, é a grande quantidade de áreas de planícies, principalmente à medida que se aproxima de áreas litorâneas do estado do Rio Grande do Sul, mas também na porção centro-norte entre os municípios de Sombrio e Nova Veneza, no estado de Santa Catarina.

Em compartimentos como as planícies, foram observadas no decorrer do empreendimento áreas alagadas, úmidas ou inundáveis, muitas vezes resultado da presença de lagoas, as quais são verificadas em maior frequência na porção sul do empreendimento e cursos d'água de grande porte mapeados na porção central do traçado. Além disso, áreas planas alagáveis apresentam grande potencial para o cultivo de arroz, comumente visto na AE de Dados Primários, atividade que gera grande exposição do solo, potencializando a formação de processos erosivos.

Com relação aos corpos hídricos, o empreendimento irá abranger seis bacias hidrográficas assim denominadas pelos respectivos planos estaduais de recursos hídricos: Bacia Hidrográfica do Litoral Médio, Bacia Hidrográfica do Tramandaí e Bacia Hidrográfica do Mampituba no Rio Grande do Sul, Bacia Hidrográfica Afluentes do Mampituba, Bacia Hidrográfica do Araranguá e Bacia Hidrográfica do Urussanga em Santa Catarina. Tratando-se do projeto, esse prevê a abrangência de uma extensão aproximada de 11,43 km de cursos d'água atravessados pela ADA, 19,62 ha de massas d'água (lagoas) e 124,78 ha de área úmidas e inundáveis. Com relação aos cursos d'água atravessados pela LT 525 kV, citam-se alguns de toponímia conhecida: Rio Três Forquilhas, Rio Maquiné, Rio Mampituba, Rio Itoupava, Rio São Bento e Rio Sanga do Café. Quanto aos lagos e lagoas, destaca-se os trechos da LT 525 kV que irão tangenciar importantes componentes da região: Lagoa dos Quadros e Lagoa Itapeva.

Com relação ao patrimônio natural, não são previstas interferências sobre cavidades (a mais próxima do empreendimento dista cerca de 2,5 km) ou sítios fossilíferos (o mais próximo ao empreendimento, conforme base de dados, dista cerca de 40 km). Associando-se as composições geológicas da região, em uma escala de "Alto", "Médio", "Baixo", "Ocorrência Improvável" e "Nulo", a maior parcela da ADA é composta por áreas classificadas como "Baixo" e "Alto" potencial paleontológico. Para cavidades, em uma escala de "Muito Alto", "Alto", "Médio", "Baixo", "Ocorrência Improvável" e "Nulo", a maior parcela da ADA é composta por áreas classificadas como de "Ocorrência Improvável" e "Baixo" potencial espeleológico.

Na região do projeto, bem como na ADA, foram realizados levantamentos de polígonos de processos minerários cadastrados na Agência Nacional de Mineração – ANM. Na Área de Estudo de Dados Secundários foram mapeados 816 polígonos cadastrados, enquanto na Área de Estudo de Dados Primários o total de 184 processos cadastrados enquanto na ADA ocorrem 95 polígonos cadastrados. Com relação à ADA, a maior parcela das áreas cadastradas encontra-se nas fases iniciais do processo (Autorização de Pesquisa). No entanto, registram-se 15 processos em fases aptas à execução da lavra. Com relação às substâncias, na ADA do

projeto foram identificadas o total de 14, sendo, em maior parte, argila, seguido de areia e saibro, antracito, carvão, carvão mineral, turfa e demais substâncias com representatividade inferior à 5% da ADA.

No âmbito do Diagnóstico Ambiental da flora, foi identificado que a área do projeto se encontra localizada nos Biomas Mata Atlântica e Pampa, estando integralmente inserida na área de aplicação da Lei nº 11.428 de 2006, Lei da Mata Atlântica. Entre as fitofisionomias da Mata Atlântica, ocorrem na AE a Floresta Ombrófila Densa e áreas com Formações Pioneiras com Influência Marinha (Restingas), enquanto no Bioma Pampa, ocorrem as Formações Pioneiras com Influência Marinha (Restingas), regionalmente reconhecidas como Campos Litorâneos, além das Formações Pioneiras de Influência Fluvio-lacustre (várzeas e banhados).

Identificou-se que 10 UCs estão inseridas na Área de Estudo, mas desse total apenas uma é afetada pelo empreendimento, sendo essa a Reserva Biológica da Serra Geral, unidade de proteção integral, cujos limites estão a 1,47km de distância da ADA, porém sua zona de amortecimento é interceptada pela faixa de servidão ao longo de 6,24km de extensão. Com relação às APPs, verificou-se um total de 153,67ha de APP na ADA. Foi identificado no SICAR um total de 104 cadastros de Reserva Legal na ADA. Quanto às Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade, Uso Sustentável e Repartição da Biodiversidade, de acordo com as áreas listadas pelo Ministério do Meio Ambiente, foram identificadas 12 APCBs parcialmente situadas na AE, sendo seis delas interceptadas pela ADA.

A partir da análise das métricas de Ecologia da Paisagem e da existência e sobreposição com áreas sensíveis, foram mapeadas e indicadas 06 áreas prioritárias para criação de corredores ecológicos, as quais poderão nortear ações para formação de corredores ecológicos, aplicação da compensação ambiental e de medidas de conservação e recuperação ambiental, com vistas a aumentar a conectividade nesses trechos.

Quanto à vegetação da Área de Estudo de Dados Primários, observa-se que, devido à antropização, muitos remanescentes de florestais foram substituídos por área de exploração de madeira, cultivos agrícolas e pecuária. A porção sul da área é caracterizado essencialmente por pastagem exótica, sem a presença de remanescentes campestres nativos significativos. Um pouco mais ao Norte, tem-se um ambiente composto por áreas alagadiças, entremeada aos rios e lagos. Na região intermediária é observado o início dos fragmentos florestais da Floresta Ombrófila Densa Submontana em diversos estados de conservação. Entre os municípios de Morrinhos do Sul e Dom Pedro de Alcântara/RS, tem-se uma região bastante plana, onde foi observada uma vasta área de várzea. Na porção mais ao norte da AE de Dados Primários, quando a LT 525 kV intercepta os municípios de Nova Veneza e Siderópolis/SC, se configura como a porção do empreendimento em que foram encontrados os maiores fragmentos de Floresta Ombrófila Densa Submontana e, também, aqueles em melhor estado de conservação entre todos os observados ao longo da Área de Estudo de Dados Primários.

A caracterização da flora presente na Área de Estudo de Dados Primários baseou-se, além da análise de dados secundários, na instalação de 25 parcelas retangulares com 200m² para uma avaliação qualiquantitativa, amostragem essa que foi complementada ainda por 15 PDs - Pontos de Diagnóstico onde foram coletados dados qualitativos para o estudo florístico. A partir do esforço amostral foram registradas 348 espécies, distribuídas em 98 famílias botânicas, contemplando tanto espécies do Bioma Mata Atlântica, quanto do Bioma Pampa.

Em relação às espécies da Mata Atlântica, 51 foram consideradas endêmicas desse Bioma enquanto apenas uma é considerada endêmica para o Pampa. Do total das espécies, foram observadas 71 espécies constantes em listas da flora ameaçadas de extinção ou protegidas por lei segundo as fontes de dados consultadas. A fitossociologia calculada para o conjunto das 25 parcelas indicou o palmito-juçara (*Euterpe edulis*) como a espécie de maior valor de importância. De uma maneira geral, praticamente todos os fragmentos amostrados e que ocorrem ao longo da LT 525 kV Capivari do Sul – Siderópolis 2 sofreram algum impacto antrópico, tanto pretérito como ainda presentes e atuantes.

Estima-se assim, que do total da ADA (1.363,77ha), 194,31ha são ocupados por classes florestais nativas (14,25%) e 105,88ha de formações herbáceas nativas (7,76%), sendo 94,43ha em APP.

Com relação à fauna, o estudo contemplou levantamento de dados dos grupos faunísticos de ictiofauna, mastofauna terrestre e voadora, herpetofauna e avifauna, sendo ainda aplicados esforços de campo focado sobre o grupo faunístico mais sensível em relação ao empreendimento, as aves.

Após análise detalhada da ictiofauna e da área do empreendimento LT 525 kV Capivari do Sul – Siderópolis 2, conclui-se que a comunidade ictiofaunística da região é muito diversa, isso se explica pela grande variedade de ambientes presentes, sendo eles reofílicos, lagunares e estuarinos. Ao todo foram levantadas 15 espécies ameaçadas de extinção em âmbito internacional (IUCN), 06 espécies em âmbito nacional (MMA), 03 espécies ameaçadas para o Estado do Rio Grande do Sul (SEMA) e 06 espécies para o Estado de Santa Catarina. Quanto às espécies endêmicas, 71 foram identificadas para os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Das espécies levantadas, 05 delas estão presentes na listagem de espécies da PAN (Plano Nacional para a Conservação dos Sistemas Lacustres e Lagunares do Sul do Brasil). A fauna exótica é caracterizada por 15 espécies enquanto a fauna cinegética é representada por 199 espécies.

De maneira geral a herpetofauna com potencial ocorrência para as áreas da LT 525kV Capivari do Sul – Siderópolis 2 é representada por espécies generalistas e de maior adaptabilidade as alterações do ambiente. Ao todo foram levantadas 06 espécies ameaçadas de extinção em âmbito internacional (IUCN), 03 espécies em âmbito nacional (MMA), 16 espécies ameaçadas para o Estado do Rio Grande do Sul (SEMA) e 08 espécies para o Estado de Santa Catarina (CONSEMA). Quanto a espécies endêmicas, 35 foram levantadas para

o Bioma Mata Atlântica e nenhuma para o Bioma Pampa. A fauna exótica é caracterizada por duas espécies enquanto a fauna cinegética é representada também por duas espécies.

A partir da revisão bibliográfica, 71 táxons de mamíferos terrestres foram coligidos na presente lista, sendo 63 nativos e oito exóticos; 33 são consideradas como de pequeno porte ($\leq 1\text{kg}$) e outras 38 são de médio e grande porte ($> 1\text{kg}$). Analisando somente as 63 espécies nativas levantadas no presente relatório constata-se que 23 (ou 36,5%) estão listadas em uma das três categorias de ameaça (CR, EN, VU), seja em âmbito estadual, nacional e/ou global; 10 apresentam Dados insuficientes (DD), e 10 espécies estão listadas no Anexo I da Cites e outras cinco no Anexo II. No total seis Planos de Ação Nacional (PAN) para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção, direcionados aos mamíferos dos Biomas Mata Atlântica e Pampa foram identificados, os quais contemplam ações focadas à 12 espécies de mamíferos de pequeno, médio e grande porte levantado no presente estudo.

A partir da revisão bibliográfica 39 espécies de morcegos foram registradas como de possível ocorrência para a área de estudo, todas são nativas. Das 39 espécies de morcegos levantadas no presente relatório apenas o morcego-vampiro (*Diphylla ecaudata* Spix, 1823) consta como ameaçada “Em Perigo (EN)” na Lista Estadual de Santa Catarina (Resolução Consema nº 002/2011). As demais listas consultadas (do Rio Grande do Sul, do Brasil e Global) não citam nenhuma espécie. Não constam espécies de mastofauna voadora na lista do PAN.

Para aves, o levantamento de dados primários obtidos no diagnóstico ambiental totalizou o registro de 3443 indivíduos distribuídos em 117 espécies de aves e 402 espécies levantadas nos dados secundários. Para os dados levantados em campo, 57 espécies consideradas aqui com alto risco de colisão com estruturas estacionárias de linhas de transmissão, quando das espécies identificadas em dados secundários 128 espécies apresentam alta vulnerabilidade a colisões com linhas de transmissão.

Com relação ao meio socioeconômico, a Área de Estudo de Dados Secundários é composta por 27 municípios, sendo 14 pertencente ao estado de Santa Catarina e 13 ao Rio Grande do Sul. Os municípios fazem parte das microrregiões de Criciúma e Araranguá (em Santa Catarina); e de Osório (no Rio Grande do Sul). No que tange à economia e uso do solo, a região sul-catarinense tem histórico de extração de minérios (especialmente o carvão) e de produção de cerâmica, associados ainda à indústria de alimentos e aos extensos plantios de arroz irrigado, de silvicultura e de fumo (dentre outros). No Rio Grande do Sul, a microrregião de Osório tem histórico na pecuária bovina e, posteriormente, no arroz irrigado. É forte a influência agropecuária nas áreas não-litorâneas, com o litoral concentrando o comércio e os serviços. Os dados de desenvolvimento humano apontam uma região de médio a alto desenvolvimento, com destaque aos municípios da microrregião de Criciúma, em Santa Catarina; e de Torres e Capivari do Sul, no Rio Grande do Sul. Em contrapartida,

mostraram-se mais vulneráveis os municípios de Maquiné/RS; Passo de Torres/SC; São João do Sul/SC; Terra de Areia/RS; Tramandaí/RS; e Três Forquilhas/RS. Os principais acessos associados ao empreendimento incluem uma rodovia federal (BR-101), seis rodovias estaduais rio-grandenses e oito rodovias estaduais catarinenses.

Acerca dos povos e grupos tradicionais, o levantamento realizado deu conta de três Terras Indígenas delimitadas na AE (TI Estrada do Mar, em Osório/RS; TI Varzinha e TI Barra do Ouro, em Maquiné/RS) e cinco aldeias de retomada Guarani. Os dados dão conta ainda de uma comunidade quilombola com registro de processo no INCRA (CRQ Morro Alto, em Maquiné) e quatro sem processo. No patrimônio cultural, a equipe técnica identificou 119 bens materiais tombados na AE de Dados Secundários. A maioria são bens arqueológicos protegidos em âmbito federal, que caracterizam a ocupação no período pré-colonial. Já os cadastros de bens imateriais somavam 15 patrimônios salvaguardados.

O levantamento de localidades habitadas na Área de Estudo (dados primários) identificou a presença de 85 toponímias mapeadas durante as atividades de campos realizadas pela equipe técnica. Dentre elas, considerando as tipologias do IBGE, há três áreas urbanas, seis áreas urbanizadas isoladas, cinco aglomerados de expansão urbana, 15 aglomerados do tipo povoado, 32 aglomerados do tipo lugarejo e 24 zonas rurais compostas por fazendas isoladas. No total, considerando tais localidades, estima-se uma população 3.461 famílias (algo em torno de 11.420 pessoas). No uso do solo, ainda que a maior parte da AE (dados primários) situe-se em zonas rurais e áreas de interesse ambiental, há passagens pontuais por áreas urbanizadas, trechos de urbanização incipiente e com adensamentos residenciais.

Diante do conhecimento do projeto e das condições sociais e ambientais da área do projeto foi possível identificar os impactos ambientais do projeto. Foram identificados 24 impactos ambientais que poderão ocorrer durante as fases de planejamento, instalação e operação da Linha de Transmissão 525 kV Capivari do Sul – Siderópolis 2. Devido à incidência de alguns impactos em mais de uma fase do licenciamento, totalizaram 29 ocorrências. Esses impactos estão distribuídos da seguinte forma: 02 impactos previstos na fase de planejamento, 22 impactos previstos na fase de instalação e 05 impactos previstos na fase de operação.

Com relação aos meios afetados, o meio socioeconômico apresentou ocorrência de impactos em todas as fases de licenciamento. O meio físico e o meio biótico apresentaram impactos possíveis de ocorrência nas fases de instalação e operação, ou seja, sem previsão de ocorrência de impactos durante a fase de planejamento. Quanto ao meio físico são previstos 05 impactos (06 ocorrências), para o meio biótico 07 impactos e para o meio socioeconômico foram previstos 12 impactos (16 ocorrências). Em todas as fases do licenciamento ambiental são previstos impactos benéficos e adversos, sendo este em maior número na fase de instalação uma vez que essa é a etapa que, mesmo sendo temporária, apresenta o maior grau de interferências no meio ambiente.

Os impactos classificados como de alta importância foram: Impacto 08 –Redução da cobertura vegetal e perda de habitat; Impacto 11 - Afugentamento e perturbação da fauna; Impacto 12 - Acidentes e/ou perda de indivíduos da fauna; Impacto 23 - Perturbação, acidentes e/ou perdas de indivíduos da fauna alada; Impacto 20 - Restrições a atividades econômicas e no uso do solo; Impacto 21 - Alteração da paisagem; Impacto 24 - Aumento da disponibilidade de energia elétrica renovável no Sistema Interligado Nacional.

Os impactos classificados como positivos são: Impacto 02 - Ampliação do conhecimento técnico científico da região; Impacto 14 - Incremento e dinamização do mercado formal de bens e serviços; Impacto 15 - Geração de vínculos empregatícios formais; Impacto 16 - Incremento na arrecadação tributária; e Impacto 24 - Aumento da disponibilidade de energia elétrica renovável no Sistema Interligado Nacional. Há que se destacar que, conforme metodologia de avaliação de impactos, que o impacto com maior valor obtido foi o Impacto 24 - Aumento da disponibilidade de energia elétrica renovável no Sistema Interligado Nacional, o qual se consolida como um dos objetivos do empreendimento em licenciamento e é classificado como positivo.

Diante dos possíveis impactos ambientais previstos, foram propostos 15 planos e programas e 02 subprogramas ambientais, os quais integram as medidas ambientais indicadas para atuar na prevenção, mitigação e correção dos impactos socioambientais identificados e avaliados no âmbito do presente Estudo Complementar ao EIA/RIMA que devem atuar sobre as áreas de influência dos impactos, sendo executados nas fases de instalação e operação do empreendimento. Além dos planos programas que deverão compor o Plano Básico Ambiental, ainda foi estruturado o Plano de Compensação Ambiental, o qual teve como proposta o beneficiamento da Reserva Biológica da Serra Geral e o Parque Estadual Itapeva, unidades de conservação que apresentam, respectivamente, zona de amortecimento abrangida pela Área de Influência do Meio Físico e Meio Biótico e muito próxima à esta área de influência.

Para fins de prognóstico, foram simulados (metodologia Delphi) dois cenários distintos para avaliação da qualidade ambiental da Área de Influência Direta e Área de Influência Indireta do empreendimento: o (i) Cenário Tendencial, ou seja, cenário futuro sem a instalação do empreendimento; e o (ii) Cenário Alvo, cenário futuro com a instalação e operação do empreendimento, considerando a temporalidade de sua vida útil e a execução dos planos e programas ambientais indicados neste estudo. A simulação foi realizada tendo como cenário base o atual, ou seja, aquele caracterizado no capítulo de diagnóstico ambiental. Em síntese, o Cenário Tendencial indicou uma maior estagnação socioeconômica, associada ainda com leves decréscimos no meio físico e biótico que decorrem de processos e impactos já existentes, que não cessariam sem a obra. Já o Cenário Alvo indica ganhos consideráveis nos eixos do meio socioeconômico (economia, infraestrutura e patrimônio cultural), bem como nas ações que visam a conservação das áreas protegidas. Todavia, mesmo com as ações

socioambientais, o cenário com a instalação traz consigo impactos diretos sobre a fauna local e ao uso do solo, tensões sociais que já existem no contexto atual e que podem ser potencializadas com a instalação do projeto.

Diante de todo o conteúdo exposto no presente Estudo Complementar ao EIA/RIMA, a equipe técnica conclui que o projeto **é viável do ponto de vista socioambiental** frente à legislação vigente, desde que:

- Sejam ainda realizados ajustes finais do projeto executivo, avaliando: (i) reposicionamento de torres (vante/ré) com vistas a minimizar as intervenções destas estruturas no ambiente, sobretudo em áreas alagadas; (ii) identificar mais alternativas para os trechos de acessos a serem construídos, buscando minimizar a interferência na vegetação nativa; (iii) locação das praças de lançamento em locais antropizados;
- Seja conduzido e atendido às exigências dos órgãos participantes que também integram o processo de licenciamento ambiental (IPHAN, INCRA, FUNAI e órgãos gestores de unidades de conservação);
- Sejam realizadas as medidas apontadas no estudo e executados os respectivos planos e programas ambientais propostos; e
- Se proceda com a manutenção de um acompanhamento ambiental efetivo das atividades a serem realizadas em todas as fases posteriores do licenciamento ambiental, visto que a área de inserção apontou diversos componentes sensíveis e tensões sociais já estabelecidas em função da presença de diversos empreendimentos instalados na região.
- Por fim, ressalta-se a importância de uma efetiva comunicação social no âmbito do projeto, com atuação nas fases de planejamento e durante toda a etapa de instalação do empreendimento, sobretudo com os proprietários de terra, lideranças e comunidades tradicionais identificadas nas áreas atravessadas pelo projeto, de forma a permitir um convívio harmonioso e transparente entre a comunidade afetada e o empreendimento/empreendedor.